

E A CRIANÇA DESCOBRIU QUE A DOR NA ALMA É MAIS PERENE QUE A DOR NO CORPO | LOURDES NEGREIROS¹

RESUMO

A partir do caso de abuso sexual de uma criança a autora procura refletir sobre os desdobramentos físicos e psicossociais envolvidos na experiência. Ao longo do texto tenta fazer uma compreensão subjetiva dos sentimentos da criança a partir de uma leitura psicanalítica, assim como enfatiza o papel crucial da sociedade diante da repercussão maciça do caso.

Palavras-chave: Abuso sexual na infância. Desdobramentos psicossociais do abuso. Leitura psicanalítica do abuso.

ABSTRACT

Presenting a case of sexual abuse of a child, the author seeks to understand the physical and psychosocial repercussions of this experience. She tries to offer a subjective comprehension of the feelings of the child from a psychoanalytic perspective and emphasizes the important role of the society given the massive media coverage of the case.

Keywords: Sexual abuse of a child. Psychosocial repercussions of abuse. Psychoanalytic perspective of abuse.

1 Psicóloga. Psicanalista. Membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Fortaleza – SPFOR. Membro da International Psychoanalytical Association – IPA. Coordenadora do Nupia - Núcleo de Psicanálise da Infância e Adolescência da SPFOR.

As coisas que não têm nome são mais
pronunciadas por crianças

Manoel de Barros

De repente a criança de 10 anos sente seu corpo sendo invadido e persuadido a se entregar. Seu primeiro movimento seria a recusa, a repugnância, a resistência, se tudo isso não fosse atravessado por um medo intenso. Entre perplexa e paralisada assiste sua infância ser roubada e se perde entre o susto e o horror.

Poderiam ser estes alguns dos sentimentos vividos pela menina que ocupou a mídia e que na própria cabeça já não sabia mais, qual lugar deveria ocupar?

Infância implica condição de dependência e cuidados, envolve confiança no adulto e na sociedade em que está inserida, solicita sentimentos ternos de amor e compreensão. Infância exige proteção.

Aos 10 anos uma menina descobre que o adulto familiar, supostamente responsável por zelar pela infância, era capaz de tripudiar sob sua fragilidade e violar sua mente de criança. E bruscamente constata também que seu corpo agora gera outra criança! Entende do modo mais devastador possível que um corpo, teimosamente, é capaz de atropelar a infância e enveredar por destinos obscuros onde seus olhos seriam incapazes de enxergar. Confusão entre mente e corpo, certo e errado, verdadeiro e falso, dor e vergonha, raiva e medo ocupam sua mente.

Estamos diante de uma ação com consequências físicas e psicossociais graves que afetam a saúde e comprometem o bom desenvolvimento psíquico. Estamos diante de um abuso sexual de criança. Abuso que culmina numa gestação indevida sem espaço no universo das capacidades infantis. Uma experiência com algumas consequências dificilmente reparáveis vividas no terreno do desenvolvimento da sexualidade.

Essas ditas experiências pela violência que impõem a um aparelho psíquico em

estruturação não encontram condições para serem digeridas tornando-se vivências traumáticas. O traumático aponta para excitações impostas ao psiquismo que esbarram em limitações para conter e ressignificar. E nos perguntaríamos: Em que medida as experiências traumáticas ligadas a abusos sexuais de crianças poderiam em algum momento ser representáveis ou simbolizáveis?

Dolto (1982) assinala que as mulheres vítimas de abuso sexual na infância correspondem aos casos mais difíceis de serem tratados psicanaliticamente, sobretudo quando o silêncio é imposto à criança pelo adulto abusador. O pacto perverso com o silêncio tira-lhe toda a via de simbolização e elaboração.

Ferenczi (1933) também considerava que a culpa sentida pelo adulto infrator é transmitida à criança através da identificação. A responsabilidade pelo ato intrusivo ameaça transitar entre o abusador e a vítima.

A vida de uma criança virou palco de especulações, sua história foi divulgada pela mídia e sua experiência tem sido alvo de especulações. Em alguns momentos a vítima vira ré, a dor é transformada em culpa, o medo encontra eco nas incertezas vividas nos dias que antecederam o cumprimento da decisão judicial. Parece que o abuso não parou no ato do tio. O abuso permanece dia a dia alimentado por elucubrações e posicionamentos radicais defendidos por uma parte da sociedade.

Sim, essa criança foi e continua sendo abusada. Ela é tratada como um adulto que deve gerar filhos e responder por seus atos. Ela é culpabilizada e inserida num status de suposta mãe que renega o filho. Não entraremos no mérito do certo ou errado, mas talvez seja imprescindível olhar de perto a desorganização que está sendo imposta ao universo mental dessa criança.

As crianças vítimas de abuso sexual se veem às voltas com diferentes tipos de adultos *abusadores* quando não encontram em seu meio familiar e social o suporte de um outro em quem possa confiar: aquele adulto que lhe dê crédito e lhe proteja. Muitas vezes as queixas são negadas ou minimizadas em função da manutenção da relação conjugal ou do evitamento da exposição dos segredos familiares.

O Estatuto da Infância e Adolescência (1990) enfatiza: Toda criança deve crescer em um ambiente de amor, segurança e compreensão. As crianças devem ser criadas sob o cuidado dos pais, com direito a proteção especial, e a todas as facilidades e oportunidades para se desenvolver plenamente, com liberdade e dignidade. Nenhuma criança deverá ser levada a fazer atividades que prejudiquem sua saúde, educação e desenvolvimento. Nenhuma criança deverá sofrer por pouco caso dos responsáveis ou do governo, nem por crueldade e exploração.

Nos últimos dias no meio da nossa já familiar pandemia do Covid-19, se instaura uma outra catástrofe: a que propõe aniquilar a dependência e a imaturidade da infância. E quanto a nós, nesse lugar do adulto destinado a proteger a infância, que lugar ocuparemos?

Nas experiências repetidas de abuso, segundo Ferenczi (1933), “as crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora do adulto que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor”(p. 117, grifos do autor).

A criança abusada, e especialmente a criança abusada por um familiar, experimenta grande dificuldade para fazer o luto pelas etapas perdidas. Sua mente se bloqueia e a sexualidade vê-se colocada no estatuto do feio e culposos. Sua confiança no outro e no mundo são abaladas. Muitas vezes suas emoções se congelam e ela passa a viver uma espécie de existência vazia, uma não existência. A experiência da dor psíquica inerente ao abuso pode ser recolhida, dando lugar ao ódio por si e pelo outro. E o cenário futuro pode ser cruel para ela e para a sociedade. A tarefa de administrar as emoções que transitam entre a dor e a raiva constitui uma empreitada delicada que consome muita energia e exige muito suporte.

Recorrendo a Bollas (1992) encontraremos também o conceito de “transparência psíquica” (p.31), ou seja, “a experiência incestuosa desencadeia a sensação de

que a realidade pode ser invadida pelos desejos do psiquismo, sem barreiras de contenção para os mesmos.”

Apoiados nos elementos compreensivos da organização do processo edípico (Freud, 1996/1997), é possível também identificar que vivências concretas de experiências sexuais abusivas são situações extremamente traumáticas e com consequências importantes no processo de desenvolvimento psíquico do sujeito.

O adulto abusador mina o imaginário da criança. Não sobra espaço psíquico para *brincar* com o *pai* interno construído a partir das fantasias, pois para a criança já não é possível fazer a distinção entre fantasia e realidade. Com o psiquismo inundado por lembranças do traumático, a capacidade de devaneio na criança abusada fica privada da espontaneidade natural inerente à organização do psiquismo.

Nesse sentido, Bollas (1992) sugere que um possível seguimento relacionado ao abuso sexual infantil seria o empobrecimento da capacidade de sonhar. Instaure-se o temor em sonhar pois o sonhador tem a sensação de estar constantemente retornando à cena ansiogênica e ao acordar não encontra alívio na realidade. Desse modo, o sujeito evita exercer a capacidade restaurativa de dormir e, conseqüentemente, de sonhar. Bollas (1992) afirma que o sonhador não ansioso dorme para descansar, enquanto o sujeito em situação de estresse não encontra esse repouso em lugar nenhum.

Na história ora contada, os conflitos que transitam pelo mundo interno da menina abusada estão emudecidos. Seu corpo está grávido e clama por cuidados. A urgência em intervir no corpo, não dá espaço para pensar. Urge fugir das ameaças e dos julgamentos. Urge fugir dos medos e da dor.

Na atualidade sua dor é notícia. Um fato maciçamente divulgado que depois de alguns dias passará.

Ao findar o interesse transitório que essas dolorosas histórias de vida costumam despertar, como ficará essa criança? Passados alguns anos será capaz de recuperar

a capacidade de confiar e amar, próprias da pulsão de vida? Terá condições de representar sua dor e ressignificar sua sexualidade? Em que tipo de adulto se transformará? Para onde se direcionarão os seus afetos? Estamos diante de muitos questionamentos ainda sem respostas.

Falamos do estatuto daquilo que foi vivido sem ser vivenciado, aquilo que invade parte do psiquismo, mas que não pode ser compreendido. Estamos tratando do que não encontra ressonância no desejo infantil, mas que abruptamente se instala em seu corpo. Falamos do que não cabe nas experiências sexuais próprias da infância porque estão contaminadas pela sexualidade do adulto.

Diante deste descompasso como construir um espaço de apoio e reparações?

Parece-nos que é preciso criar condições que permitam à menina diferenciar a verdade histórica da verdade subjetiva, estimulando-a a recuperar as fronteiras entre o que é seu e o que é do outro. Há que se redirecionar a responsabilidade, a culpa e o ato violento para o lugar que lhe pertencem: a mente do abusador (mente essa possivelmente povoada de prováveis fantasmas e impulsos destrutivos que sugerem também a sua própria dor.)

Recentemente ao ser preso o tio abusador atua o seu derradeiro ato abusivo. Afirma que as experiências sexuais eram consensuais ou seja, coloca o desejo e a responsabilidade pelo ocorrido na mente da criança. E a menina vê-se agora de frente com uma nova e cruel experiência: ser alvo de julgamentos invertidos onde poderá ser colocada *abusivamente* no lugar do pervertido.

A expectativa de reencontrar em alguém um continente psíquico seguro e de restabelecer o senso de sentido e confiança em si e no outro dependerá do modo como se sentiu vista e compreendida (ou não compreendida). A possibilidade de ser acolhida por um adulto cuidador que se disponibilize a restaurar sua capacidade de pensar a violência sofrida pode ser decisiva nos destinos a serem procurados por suas emoções.

A notícia atual da menina de 10 anos é apenas mais uma entre as tantas histórias

de abusos sofridas por crianças. Os dados demonstram que a grande maioria dos casos são revelados somente após um significativo período do início do abuso sexual. Não se trata apenas de estatística. São inúmeras histórias de infâncias violentadas que se perdem no anonimato ou na ausência de denúncia. São crianças que estão sendo privadas de cuidados essenciais exigidos na consolidação de um desenvolvimento físico e psíquico saudáveis. Esse cuidado envolve assistência, apoio, empatia e a disponibilidade de tomada de decisões por parte de adultos responsáveis.

Alvarez (1994) propõe que a condução da análise de crianças afetadas por experiências traumáticas responda à magnitude dos seus efeitos. Através de sua experiência analítica com crianças abusadas sexualmente considera que “enquanto o paciente mais moderadamente traumatizado, cuja personalidade foi afetada no nível neurótico, pode precisar lembrar o trauma para poder esquecer; as crianças mais danificadas, cujo trauma é mais severo e mais crônico, podem precisar esquecer o trauma para poderem ser capazes de lembrar” (p. 61).

A sociedade, espaço que abriga a infância, tem nas mãos a responsabilidade de oferecer ou recusar um olhar atento e uma escuta amorosa frente às crianças que estão se estruturando marcadas por abusos.

Há momentos que exigem escolhas, como diz Cecilia Meireles (2012): “ou isto ou aquilo”.

No caso midiático da menina abusada que engravidou estamos diante de um delicado impasse: ou escolhe-se pensar cada indivíduo no cerne da sua história e do seu desenvolvimento emocional, ou escolhe-se defender decisões padronizadas ignorando a subjetividade e as capacidades inerentes à condição de determinados momentos do psiquismo.

Mas há que lembrar que as escolhas têm consequências para a vítima e para o entorno que a rodeia. Há que lembrar que a criança desprotegida de hoje, alvo fácil de intrusões, em pouco tempo será o adulto de amanhã, capaz de agir com plena autonomia para atuar seus impulsos.

E nos confrontaremos com a realidade inquestionável implícita nos desdobramentos das decisões inerentes a: OU ISTO OU AQUILO!

REFERÊNCIAS

- Alvarez, A. (1994). Abuso sexual de crianças: A necessidade de lembrar e a necessidade de esquecer. In A. Alvarez, *Companhia viva* (p. 161-172). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Bollas, C. (1992). O trauma do incesto. In: *Forças do destino: Psicanálise e idioma humano* (p. 191-200). Rio de Janeiro: Imago.
- Brasil. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266.
- Dolto, F. (1982). *A sexualidade feminina*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre adultos e a criança. Em: *Obras Completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933).
- Freud, S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. vol. 7.
- Freud, S. (1997). A dissolução do Complexo de Édipo. Em: *Obras completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).